

## 上訴案第 66/2014 號

日期：2015 年 5 月 21 日

- 主題：
- 事實不足的瑕疵
  - 第二次答辯狀
  - 過失殺人罪
  - 直接死亡

### 摘 要

1. “獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵是指法院在調查事實時出現遺漏，所認定的事實不完整或不充份，以至依據這些事實不可能作出有關裁判中的法律決定。
2. 有時候在控訴書或者民事請求書甚至答辯書所提供的事實陳述太籠統或者沒有些重要的細節的時候，法院應該在認定事實時讓事件的發生的過程更加清楚，至少要具有可以讓人們知道怎樣發生的意外的基本的細節的描寫，這沒有違背控訴原則。
3. 嫌犯在進行第二次審判之前向法院遞交了新的答辯狀，提出了嫌犯沒有任何過失的事實，法院也向輔助人的辯護律師作了通知，沒有得到任何的反對意見，原審法院亦在應上訴人的要件對“嫌犯沒有提交書面答辯”的筆誤作了更正，法院可以而且應該審理之。
4. 根據卷宗資料，尤其是法醫報告，可以確定被害人的死亡是

基於受極大鈍性外力作用致顱底骨折及顱腦嚴重損傷，“為符合一宗直接由交通意外所導致的死亡案件”，然而，原審法院從上述證據中卻認定以下事實：

- 被害人被車頭撞到後跌落汽車的左邊車頭玻璃位置上再被彈上天空，最後跌落在距離撞擊點約 13.3 公尺的地方，嚴重受傷。

這明顯是對證據的審理存在錯誤，認定的事實與證據實際上應該證明的事實存在不相容之處，存在審理證據的明顯錯誤的瑕疵，而導致法律上適用的錯誤。

**裁判書製作人**

## 上訴案第 66/2014 號

上訴人：A

B

C

# 澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

## 一.案情敘述

檢察院指控嫌犯 A 為直接正犯及既遂行為觸犯了 1 項《刑法典》第 134 條第 1 款所規定及處罰之過失殺人罪，其行為因違反了第 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條第 1 款之規定，並請求初級法院以獨任庭普通程序對其進行審理。

在初級法院刑事法庭的第 CR2-10-0182-PCS 號刑事案件中，獨任庭最後裁決檢察院的控訴不成立，開釋了嫌犯被控告的罪名。

輔助人對開釋判決不服，向中級法院提起上訴，中級法院合議庭因確認了原審法院在審理證據方面存在明顯錯誤而發回依照《刑事訴訟法典》第 418 條進行重審。

新組成的合議庭經過庭審，最後作出了以下的判決：

- 判處嫌犯 A 以直接正犯及既遂行為觸犯了 1 項《刑法典》第 134 條第 1 款及第 3/2007 號法律《道路交通法》第 93 條第 1 款所規定及處罰的過失殺人罪，處以 1 年 2 個月徒刑。徒刑暫緩執行，為期 1 年 6 個月，自判決確定後起計算。
- 根據第 3/2007 號法律《道路交通法》第 94 條第 1 項的規定，中止嫌犯的駕駛執照效力，為期 3 個月。
- 根據第 3/2007 號法律《道路交通法》第 121 條第 7 款及第 143 條第 1 款的規定，嫌犯須於本判決轉為確定後十天期限

內將其駕駛執照送交治安警察局，否則構成違令罪。

- 根據第 3/2007 號法律《道路交通法》第 92 條的規定，告誡嫌犯如在禁止駕駛期間於公共道路上駕駛，即使出示其他證明駕駛資格的文件，均以加重違令罪處罰。

嫌犯 A 不服判決，向本院提起上訴，其內容如下：

1. 被上訴之裁判中決定判處 1 項過失殺人罪罪名成立，處以 1 年 2 個月徒刑。徒刑暫緩執行，為期 1 年 6 個月，自判決確定後起計算。
2. 被上訴之合議庭裁判中“已證事實”、及“未被證明的事實”、及事實之判斷已詳載於判決書中，在此視為完全被轉錄。
3. 上訴人於本次審判聽證中，已於 2013 年 05 月 02 日提交答辯書狀，當中之事實列、法律理據、結論及請求已載於上述答辯書狀中，為著產生適當之法律效力，在此視為完全被轉錄。
4. 我們一向以來均對法院之裁判保持應有的尊重態度。尤其是本次作出合議庭裁判之合議庭。然而，上訴人對被上訴的合議庭裁判中不服，故提請本上訴。
5. 第一；上訴人已於 2013 年 05 月 02 日向法院提交答辯書狀，上述被上訴之裁判中指沒有提交書面答辯僅屬手文之誤。故上訴人在上聲請由原審法庭更正裁判書中有關嫌犯提交答辯書狀之部份內容。及倘初級法院未有應聲請更正裁判書之部份內容，則由尊敬的中級法院著令因著手文之誤，故更正裁判書中有關嫌犯提交答辯書狀之部份內容。
6. 第二；被上訴之裁判中未被證明的事實包括“嫌犯的行為直接導致被害人死亡。”
7. 上述之認定，並不存在手文之誤，反之，誠如被上訴之裁判而言，是經過原審法院考慮卷宗全部證據下而獲得，故亦不存在任何法定瑕疵而須改變。
8. 我們認為，根據《刑法典》第 134 條第 1 款、第 12 條、及第 1 條之規定中，沒有“間接”又或“非間接”導致他人死亡下而

應予以刑事制裁。

9. 故被上訴之合議庭裁判，在定罪部份，違反了《刑法典》第 134 條第 1 款、第 12 條、及第 1 條之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定之“適用法律錯誤而生之瑕疵”，故應被上訴審級之法院宣告被撤銷。
10. 我們認為，根據《刑法典》第 134 條第 1 款、第 12 條、及第 1 條之規定，應由上訴審級法院宣告上訴人之一項《刑法典》第 134 條第 1 款規定之過失殺人罪罪名不成立，故無罪開釋上訴人。
11. 第三；本訴訟涉及駕駛車輛時有關車速之事宜；根據 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條，規定於駕駛車輛時，有關車速應適當調節，但必須能及時安全停車。
12. 上述規定還有一項構成要件，即“可見的空間內”；且應由指控的一方存在舉證負擔。
13. 此外，《刑法典》第 14 條亦規定了可預見、有可能等構成要件。
14. 被上訴之裁判中，已證事實有關這一部份的內容是：“因未以適當速度行駛，以致 MG-XX-X3 號汽車不能及時剎停而撞倒在此橫過 XX 大馬路的 D（被害人）”。
15. 這樣，我們認為上述已證事實列並不能完全符合“可見的空間內”、“可預見”、“有可能”這些構成要件。
16. 另外，被上訴之裁判中，沒有證實上訴人當時駕駛之車輛速度超過當時路段的法定車速上限。
17. 根據上訴人呈交予法院並附於卷宗內的申述書中可見，多項研究均顯示根據撞擊點與最終車輛停止的距離，當時肇事車輛車速約為每小時 40 公里。
18. 及多項的科學研究可見，人體被汽車撞擊下，車速不一定需要超過每小時 60 公里方會導致人之死亡。實際上，只要汽車車速在每小時 50 公里，則被撞擊人之死亡率已接近 85%。
19. 及上述各項報告可以顯示，低於每小時 60 公里之車速，亦可

造成被害人發生撞擊後之著地地點與撞擊地點相距接近 13 米之情況。

20. 被上訴之裁判中，已證事實列還有如下一條：“意外發生時，被害人正從嫌犯所駕駛的車輛的道路的相反方向的汽車中從一部巴士的後方走出，雖然當時該地點附近並沒有任何巴士站。”
21. 我們無法準確知悉當時被害人“走”之速度，但正常人步行速度為每小時 8 公里，即每分鐘為 133.3 公尺，每秒為 2.22 公尺；
22. 所以，被害人由“從一部巴士的後方步行”至被撞擊點，所需要的時間約 1.5 秒之內。而“走出”的時間，更必然地少於 1.5 秒時間。而且，我們還要考慮上訴人當時基於謹慎駕駛態度下望了本身車輛車速儀一眼的時間。
23. 所以，上訴人在上述情況下，根本無法預見會有一人在不能停車、行人橫過路面的路段中，有一個人在巴士後方走出在事發地點。並即時作出煞車動作，從而避免有關碰撞。
24. 也不要忘記，由目睹、判斷、反應、汽車接收駕駛者反應至汽車完全靜止，並不是 1 秒、甚至 2 秒之內可以完成。
25. 除非上訴人在當時駕駛車輛的車速在每小時 20 公里、甚至更低車速的情況下，方可及時在 1 秒至 2 秒之內由目睹至完全煞停車輛，並避免與被害人發生碰撞。
26. 我們還必須考慮到，在事發路段的實際情況下，上訴人亦不存在第 3/2007 號法律第 32 條規定的減速義務；而上訴人在未目睹被害人出現之前，其又負有同一法律第 33 條第 1 款前半部份規定的不應慢駛義務，從而避免阻礙交通、又或被後來車輛碰撞。
27. 我們更不能要求任何駕駛者都可以未卜先知。
28. 為此，被上訴之裁判在事實之判決中亦認同了：“該撞擊是不可避免的”。
29. 為此，綜上所述，於被上訴之裁判中，沒有足夠事實列以符合第 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條及《刑法典》第

14 條之全部構成要件；而這一方面之舉證負擔應在控訴之一方；及

30. 由已證事實列中被害人如何走到撞擊地點之認定；及根據已附於卷宗示內上訴人呈交之申述書內之理據及全部附件，從而獲得的科學數據；
31. 我們根據上述各項合理理由下可見，被上訴之裁判中有關之事實列，未能完全符合第 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條及《刑法典》第 14 條之全部構成要件，尤其是“可見的空間內”、“可預見”、“有可能”這些構成要件，從而安全停車；
32. 故上訴人不應被裁定罪名成立，然而，我們所尊敬的原審合議庭沒有這樣認為，
33. 事實事宜與法律之間的涵攝事宜，屬法律上之事宜。
34. 故被上訴之裁判，在定罪部份，違反了 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條及《刑法典》第 14 條之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定之“適用法律錯誤而生之瑕疵”，故應被上訴審級之法院宣告被撤銷。
35. 我們認為，根據第 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條及《刑法典》第 14 條之規定下，應由上訴審級法院宣告上訴人之一項《刑法典》第 134 條第 1 款規定之過失殺人罪罪名不成立，故無罪開釋上訴人。
36. 最後，上訴人特別在此重申，儘管我們提出了上述的上訴理據，但這不減我們對被上訴的合議庭裁判的尊重態度，及表示對被害人死亡的遺憾、及其家人的深切慰問的態度。
37. 在此，我們希望尊敬的 中級法院在本上訴中一如既往作出公正裁判。

綜上所述，現向法院請求如下：

- 1) 接納本上訴陳述書狀；及
- 2) 著令因著手文之娛，故更正裁判書中有關嫌犯提交答辯書狀之部份內容。

及，由尊敬的 中級法院裁定如下：

- 3) 倘初級法院未有應聲請請更正裁判書之部份內容，則著令因著手文之誤，故更正裁判書中有關嫌犯提交答辯書狀之部份內容。  
及
- 4) 宣告被上訴之合議庭裁判，在定罪部份，違反了《刑法典》第 134 條第 1 款、第 12 條、及第 1 條之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定之“適用法律錯誤而生之瑕疵”，故被撤銷；及
- 5) 宣告根據《刑法典》第 134 條第 1 款、第 12 條、及第 1 條之規定下，故上訴人之一項《刑法典》第 134 條第 1 款規定之過失殺人罪罪名不成立，及無罪開釋上訴人。  
倘尊敬的 中級法院不如上認為時，則請求
- 6) 宣告被上訴之裁判，在定罪部份，違反了第 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條及《刑法典》第 14 條之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定之“適用法律錯誤而生之瑕疵”，故被撤銷；及
- 7) 宣告根據第 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條及《刑法典》第 14 條之規定，故上訴人之一項《刑法典》第 134 條第 1 款規定之過失殺人罪罪名不成立，及無罪開釋上訴人。

輔助人 B 及 C 亦向本院提起上訴。<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> 其葡文內容如下：

1. O presente recurso vem interposto do douto Acórdão, proferido pelo Tribunal Colectivo nos vertentes autos, que condenou a arguida, ora Recorrida, A no crime de homicídio por negligência por que vinha acusada contabilizando o grau de culpa em 5%, resultando claramente da decisão recorrida, interpretada de per si, com a experiência comum e com os elementos dos autos nela acolhida, que a mesma se encontra inquinada do vício constante do art. 400º, nº 2 alínea a) do Código de Processo Penal – verificando-se o vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto, e que após a reapreciação da prova por parte desse Venerando Tribunal da Segunda Instância, deverá ser proferido douto Acórdão que considere como insuficiente o grau de culpa atribuída à Recorrida em 5%.
2. No presente processo, foi determinada a documentação das declarações prestadas na audiência de julgamento, designadamente da arguida, existindo por isso suporte de gravação, o que permitirá ao douto Tribunal de Segunda Instância melhor avaliar, e



---

decidir, sobre o ora invocado vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto, aqui expressamente se requerendo a renovação da prova, nos termos admitidos no art. 415º do Código de Processo Penal.

3. Com relevância para o presente recurso, encontram-se assentes no douto Acórdão recorrido os seguintes fatos:

“Em 5 de Outubro de 2009, cerca das 14:20 horas a arguida ia a conduzir o automóvel ligeiro MG-XX-X3 – (pertencente a E) circulando na Avenida da XX, com direcção da Rua dos XX para o Largo do XX. Chegado ao troço à frente do poste de iluminação nº 181B03, dessa via, por não estar a conduzir com velocidade adequada, não conseguiu travar atempadamente o automóvel MG-XX-X3, indo embate na D (vítima) que se encontrava a atravessar a via nesse local. A vítima foi embatida pela parte dianteira do automóvel, caiu no lado esquerdo do pára – brisas do MG-XX-X3 e a seguir foi projectada para o ar, acabando por cair gravemente ferida ao lado do poste de iluminação nº 181B03 que ficava a 13.3 metros do poste de embate.

4. A vítima foi a seguir transportada para o Hospital XX para ser socorrida, mas acabou por falecer no dia seguinte, pelas 10h.55m da manhã. Realizada a autópsia pelo médico – legal, confirmou-se que a vítima faleceu devido ao acidente de viação que lhe provocou fractura na base do crânio lesões graves no crânio cerebral (V. Relatório de autópsia a fls. 107 e 108 dos autos).

Quando ocorreu o acidente, a vítima estava a atravessar a rua do lado direito para o lado esquerdo, tendo em conta o sentido de marcha da viatura da arguida.

Aquando o acidente o tempo estava bom, o pavimento estava seco e a densidade do tráfego era normal.

A supra aludida conduta da arguida contribuiu para a ocorrência do presente acidente por a arguida não ter cumprido as regras de trânsito.

Quando estava a conduzir não ia com velocidade adequada, por isso não conseguiu travar atempadamente a sua viatura quando apareceu a vítima.

A sua conduta contribuiu para o resultado do falecimento da vítima devido às graves lesões do embate.

A arguida sabia perfeitamente que a sua conduta era proibida e punida por lei.

Mais se provou: O acidente ocorreu quando a vítima atravessou, de forma precipitada, de entre os carros que circulavam em sentido contrário da vias em que a arguida conduzia a sua viatura, por trás de um autocarro, apesar de não existir qualquer paragem de autocarros nas proximidades.

(...)

5. A convicção do Tribunal foi a seguinte:

A convicção do Tribunal fundamenta-se na apreciação crítica e comparativa de todos os meios de prova produzidos em audiência de discussão e julgamento valorados na sua globalidade, nomeadamente, nas declarações da arguida, no exame de todo a prova documental carregada aos autos, mormente o auto de participação da polícia, o croqui junto aos autos e o relatório de autópsia de fls. 107 e 108, e bem assim nas declarações das testemunhas ouvidas em audiência.

Somos ainda de entender que qualquer que fosse a conduta da arguida, nas circunstâncias em que os factos ocorreram, era inevitável o embate.

Mas se tivesse regulado adequadamente a velocidade da sua viatura poderá ter minorado as consequências do embate. Havendo que contabilizar a culpa da arguida nessas circunstâncias, diremos que a mesma terá uma culpa de cerca de 5%.

- 
6. Nos vertentes autos está em causa a prática pela arguida do crime de homicídio por negligência, previsto e punido pelo artigo 134º, nº 1 do Código Penal, por força da violação do artigo 30º, nº 1 da Lei 3/2007 (Lei do Trânsito Rodoviário), tratando-se de um tipo de crime que, de acordo com a definição contida no artigo 14º do Código Penal pressupõe a violação de um dever objectivo de cuidado. Naturalmente, a configuração de um tal dever de cuidado far-se-á caso a caso, em função das circunstâncias particulares atinentes à actuação do agente, sendo relevante nesta sede a determinação das normas jurídicas que imponham aos seus destinatários específicos deveres e regras de conduta no âmbito de actividades perigosas, tais como a condução de um veículo automóvel ou motorizado, e, como são por exemplo, as normas de circulação rodoviária constantes da Lei de Trânsito Rodoviário, mas também tendo uma importância fundamental a específica configuração do caso concreto e a sua análise, como seja o grau de perigosidade do comportamento do agente e a importância dos bens jurídicos envolvidos, entre outros factores.
  7. O Douto Tribunal recorrido na sua convicção fundamentou que o Douto Acórdão atendeu ao depoimento prestado em audiência de julgamento pela arguida. Ora, entre outras explicações dadas, a arguida a instâncias do Douto Tribunal, esclareceu que não deu conta pela vítima aparecer, que não sabe de onde a vítima surgiu, que não viu a vítima senão quando se deu o embate. A instâncias do Douto Tribunal foi - lhe perguntado se tinha visto a cara da vítima antes do acidente ao que a arguida esclareceu que não. Se sabia como a vítima estava vestida esclareceu que não sabia pois não viu a vítima senão aquando do embate. Esclareceu ainda, quando perguntado se a vítima vinha a correr, que não sabe porque não viu a vítima, porque naquele momento estava a olhar para o conta-quilómetros do seu carro. Ora, segundo as regras da experiência comum a distração revelada pela própria arguida, que não se encontrava a olhar para a via de trânsito aquando do surgimento da vítima, só pode ter como consequência a consideração pelo Tribunal de ter a arguida violado também o disposto no artigo 15º, nº 3 da Lei Trânsito Rodoviário.
  8. A verdade, é que a douda decisão recorrida não integrou nem nos factos provados em nos factos não provados a circunstância da arguida ter afirmado em audiência de julgamento que o embate na vítima se deu depois de ela própria ter desviado o seu olhar para o conta-quilómetros do seu veículo, apesar de ter prestado tais esclarecimentos ao Tribunal, facto que é de extrema relevância e que não consta do Douto Acórdão recorrido, porquanto em associação com a velocidade excessiva que ficou provada, e tendo em conta a dinâmica do acidente, é matéria fáctica absolutamente decisiva para o apuramento da culpa relativa à arguida e correspondente imputação da responsabilidade penal.
  9. Com a violação das regras de trânsito nos artigos 15º e 30º da Lei do Trânsito Rodoviário praticou a arguida um crime de homicídio por negligência, e se a arguida conduzisse com velocidade adequada e com atenção ao que se passava na estrada poderia ter avistado a infeliz vítima, abrandado a sua velocidade e evitado o acidente e por consequência evitado a morte da filha dos Assistentes; ou, ainda que o embate fosse inevitável, o que só por mera hipótese académica se concebe, a arguida ao avistar a vítima reduziria imediatamente a velocidade e por isso o embate seria menor e não provocaria danos tão graves na infeliz vítima.
  10. A condução automóvel, tal como referido supra, importa uma perigosidade inerente que impõe ao agente (condutor) redobrados cuidados ao que se passa na estrada assim como ao surgimento de obstáculos. A velocidade que a arguida, ora Recorrida, imprimia na

---

altura do embate bem como a sua falta de atenção contribuíram e muito para a ocorrência do infeliz e fatal acidente.

11. Significa assim que existe clara insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, o que a nosso ver, e é com todo o respeito que o afirmamos, consubstancia o vício previsto no artigo 400º n.º 2, alínea a) do CPP, que inquina o Douto Acórdão recorrido, requerendo-se a renovação da prova, nos termos do art. 415º do Código de Processo Penal.
12. Em consequência da referida decisão a proferir por esse Venerando Tribunal, deverá ser revogada a decisão proferida em Primeira Instância relativamente ao grau de culpa atribuída à arguida em 5% na produção do acidente dos autos, assim se proferindo doughta decisão que atribua à arguida um grau de culpa de 100% na produção do acidente dos autos. Ou, caso assim não seja entendido, se atribua à arguida um grau de culpa na produção do acidente em valor nunca inferior a 50%, deixando, em qualquer das circunstâncias, à consideração do Venerando Tribunal o ajustamento da condenação da arguida na pena adequada.

Assim, nestes termos, em consequência da referida decisão a proferir por esse Venerando Tribunal, revogando o acórdão a quo naquela parte, deverá ser revogada a decisão proferida em primeira Instância relativamente ao grau de culpa atribuída à arguida em 5% na produção do acidente dos autos, assim se proferindo dos decisão que atribua à arguida um grau de culpa de 100% na produção do acidente dos autos, isto é, que seja a arguida considerada como única culpada na produção do acidente de viação dos presentes autos.

Ou, caso assim não seja entendido, se atribua à arguida um grau de culpa na produção do acidente em calor nunca inferior a 50%.

Devendo também, em qualquer das circunstâncias, o Venerando Tribunal proceder ao ajustamento da condenação da arguida na pena aplicada, deixando-se tal ajustamento ao bom e ponderado arbítrio do Venerando Tribunal.

Assim se fazendo a costumada Justiça

Em cumprimento do previsto no art. 402º, n.º 3 do Código de Processo Penal, vem a Recorrente indicar:

A renovação da prova relativamente ao depoimento prestado em audiência de julgamento pela arguida A, devendo ser esclarecidos os factos atinentes:

- à forma como a arguida conduzia o seu veículo automóvel no momento do embate;
- ou seja, de forma desatenta, sem estar a olhar para a estrada;
- já que tal como afirmado por esta em audiência, não deu conta pela vítima aparecer, não sabendo de onde a vítima surgiu, porque naquele momento olhava para o conta – quilómetros do seu veículo.

Factos esses de extrema relevância e que não constam do Douto Acórdão recorrido, porquanto em associação com a velocidade excessiva que ficou já provada, e tendo em conta a dinâmica do acidente, é matéria fáctica absolutamente decisiva para o apuramento da culpa relativa à arguida e correspondente imputação da responsabilidade penal e grau de culpa na produção do acidente.

Tal renovação serve para o Venerando Tribunal a quem fixar em 100% o grau de culpa da arguida na produção do acidente, ou, caso assim não seja entendido, em valor não inferior a 50%, bem como o reajustamento da pena a aplica à arguida em função da culpa atribuída.

檢察院就上訴人 A 及另一上訴人 B 及 C 所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

針對上訴人 A 的上訴部份：

1. 被上訴裁判表示“沒有任何書面答辯”，根據卷宗資料，我們認為有關表述僅屬筆誤，不反對根據《刑事訴訟法典》第 361 條的規定作出更正。
2. 本案中，上訴人 A 並沒有對已證事實及未證事實的部分提出爭議，其僅認為被上訴裁判中沾有錯誤適用法律的瑕疵。
3. 根據《刑法典》第 134 條第 1 款規定，過失殺人者，處最高三年徒刑。
4. 根據案中的已證事實，我們已能夠清楚明白到上訴人 A 於案中的行為確實符合「過失殺人罪」罪狀構成要件中的主觀要素（上訴人於事件中存在過失）及客觀要素（被害人死亡結果的發生），且上訴人的過失行為與被害人的死亡是存有適當的因果關係。為此，我們認為原審合議庭在法律適用上並沒有存在可予以非議的地方。
5. 雖然被上訴裁判的“未被證明的事實”確實證明：“載於控訴書其餘與已證事實不符之重要事實，包括：嫌犯的行為直接導致被害人死亡。”但我們認為有關表述的含意並非否定上訴人 A 的過失行為導致了案中被害人死亡的事實。
6. 根據原審合議庭在形成心證過程中的考慮及有關已證事實，並結合卷宗的資料，尤其是案發時所處的路段及當時的客觀路面環境，我們可以清楚知道原審合議庭其實是認定了案中意外發生的最主要過錯方應是案中被害人。
7. 為此，我們相信原審合議庭想真正表達的含意應是他們認為案中被害人對案中意外的發生需要負上絕大部分的責任，更進一步說，案中意外的發生可以說是基於案中被害人胡亂過馬路而引起的，而不是單純因上訴人 A 不正確操作車輛或疏忽駕駛而直接導致的，儘管不能因此而排除上訴人 A 對被害人死亡所存在的少許過錯。
8. 基於此，綜合分析被上訴裁判中的已證事實及未證事實的內

容，我們認為原審法院並沒有出現錯誤適用法律的瑕疵，故此，上訴人 A 的此部份上訴理由不成立。

9. 另外，上訴人 A 作為駕駛者，其必須具有能將車輛及時剎停以避免撞到行人的謹慎義務，倘其無法適當調節車速或及時停車，最終撞及行人，其行為顯然是違反了上指的謹慎義務，換言之，必然存在一定過錯，儘管過錯程度十分低。
10. 本案中，倘若上訴人 A 有適當調節車速，可能被害人被撞擊後的傷勢不會導致其死亡，可是，被害人事實上真的傷重死亡。可見，上訴人 A 對被害人的死亡客觀上仍需要負上一定程度的責任。
11. 再者，本上訴中，上訴人 A 並沒有質疑已證事實，而根據已證事實，上訴人對於案中的意外是存有過錯的。
12. 基於此，我們認為原審合議庭並沒有錯誤適用《道路交通法》第 30 條及《刑法典》第 14 條的規定，故此，上訴人的此部分上訴理由不成立。
13. 綜上所述，我們認為上訴人 A 的上訴理由全部不成立，應予以駁回。

針對上訴人 B 及 C 的上訴部分：

14. 上訴人 B 及 C 主要是認為被上訴裁判所認定的嫌犯 A 的過錯程度是過低的，因而要求更改嫌犯 A 於事件中的過錯程度，從而調整有關量刑部分。
15. 根據《刑事訴訟法典》第 391 條第 1 款 b) 項規定，輔助人具有就對其不利的裁判提出上訴的正當性；另外，根據同條第 2 款的規定，凡無上訴利益之人，均不得提起上訴。
16. 本案中，嫌犯 A 被指控的罪名已被判處罰名成立，我們認為有關裁判並未對作為輔助人的上訴人 B 及 C 不利，且案中我們未能發現上訴人對量刑部分提出上訴具有切身的利益。基於此，我們認為上訴人不具有提出是次上訴的正當性。
17. 倘若不這樣認為，我們認為上訴人的主張也是明顯不成立。本案中，根據卷宗資料顯示，原審法院在審判聽證中已對案件標的之全部事實事宜進行調查，並作出了相關事實的認定，

亦未發現存在漏洞，故此，不存在上訴人所提出《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a) 項所規定的“獲證明之事實之事宜不足以支持作出該裁判”之瑕疵。

18. 再者，經審閱被上訴裁判中的已證事實，並沒有發現原審合議庭認定嫌犯 A 需對案中意外的發生負上 5% 的責任。事實上，有關“負上約 5% 的責任”的表述僅為原審合議庭在形成心證過程中的考量而已。
19. 另外，上訴人對嫌犯在案中意外的發生的過錯程度的認定僅其主觀看法，但沒有任何客觀資料予以支持。
20. 事實上，即使嫌犯於意外發生前確實曾看一看車中的速度儀，根據一般駕駛經驗，我們未能發現嫌犯的上述行為是錯誤的駕駛操作，並因此而使其需對案中意外的發生負上大部份的責任，況且已證事實並沒有載有上述事實。
21. 綜上所述，我們認為上訴人 B 及 C 不具提出是次上訴正當性；倘不這樣認為，我們認為上訴人的上訴理由明顯不能成立，應予以駁回。

駐本院助理檢察長提出了法律意見書，其內容如下：

在被上訴的合議庭裁判中，原審法院一方面認定上訴人 A 的行為對是次意外的發生負上一定的責任，因為其行為使被害人因撞擊後而受到嚴重的傷害以致死亡（詳見卷宗第 528 頁背面至第 529 頁）；但另一方面，原審法院又認定未能證實上訴人 A 的行為直接導致被害人死亡（詳見卷宗第 529 頁）。

一般經驗告訴我們，在任何撞到行人的交通意外中，駕駛者的行為必然會導致被害人身體受到傷害；而根據被害人的身體完整性或生命被侵害的程度而適用《刑法典》第 134 條所規定及處罰之「過失殺人罪」或該法典第 142 條所規定及處罰之「過失傷害身體完整性罪」。換言之，無論有關傷勢有否導致被害人死亡，其受傷的直接原因必然是基於駕駛者的行為。

事實上，根據卷宗資料，尤其是法醫報告，可以確定被害人的死

亡是基於受極大鈍性外力作用致顱底骨折及顱腦嚴重損傷，“為符合一宗直接由交通意外所導致的死亡案件”(見卷宗第107頁至第108頁)。

如果原審法院從上述證據中得出未能證實上訴人 A 的行為直接導致被害人死亡之認定，那麼，在充分尊重不同意見的前提下，我們從上述已證事實的判斷及未獲證實的事實中看到顯然易見的矛盾。

正如中級法院第 585/2009 號上訴案件於 2009 年 10 月 22 日、第 79/2003 號上訴案件於 2003 年 7 月 24 日、第 141/2004 號上訴案件於 2004 年 7 月 22 日所作之裁判所認為，在既證事實與既證事實之間、既證事實與不獲證事實之間、和認定的事實事宜與法院敘述其心證形成的理由說明之間所發生的矛盾，倘表現為不可補正或不可克服時；換言之，不能通過訴諸被上訴裁判總體和一般經驗法則去解決的不相容情況，被上訴的裁判就是沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項所規定的“在理由說明方面出現不可補救之矛盾”了。

如在原審法庭認定和不認定的具體指控犯罪事實之間存在著明顯無可補救的相互矛盾關係，中級法院不可能對原審就上訴人所觸犯的犯罪在法律上作出判斷，因不能根據如此相互矛盾的已證事實和未證事實去判案。

在這情況下，我們認為只能按照《刑事訴訟法典》第 418 條第 1 款的規定，以被上訴的合議庭裁判沾有同一法典第 400 條第 2 款 b 項所指的“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”的瑕疵為理由，依職權命令將本案發回初級法院，以便根據第 418 條第 3 款之規定另組合議庭重新審判整個訴訟標的。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

## 二.事實方面：

- 2009 年 10 月 5 日下午二時二十分左右嫌犯駕駛 MG-XX-X3 號輕型汽車（屬 E 所有）沿 XX 大馬路由 XX 街方向駛往海港前地方向。

- 當嫌犯行駛到上述馬路近第 181B03 號燈柱對開路面時，因未以適當速度行駛，以致 MG-XX-X3 號汽車不能及時剎停而撞倒在此橫過 XX 大馬路的 D ( 被害人 )，被害人被車頭撞到後跌落在 MG-XX-X3 號輕型汽車的左邊車頭玻璃位置上再被彈上天空，最後跌落在距離撞擊點約 13.3 公尺的第 181B03 號燈柱旁，嚴重受傷。
- 被害人隨即被送到 XX 醫院救治，但於翌日上午十時五十五分死亡。經法醫解剖後確認被害人是由於交通意外導致其顱底骨折及顱腦嚴重損傷而死亡 ( 見卷宗第 107 及 108 頁之屍體解剖報告 )。
- 意外發生時被害人正由嫌犯行車方向自右向左橫過馬路。
- 意外發生時天氣晴朗，地面乾爽，交通密度正常。
- 嫌犯的上述行為對是次意外的發生應負上一定的責任，因嫌犯不遵守有關交通規則，在駕駛時未以適當速度行駛，以致在其前方出現行人時不能將所駕汽車適當剎停，被害人因撞擊後而受到嚴重的傷害以致死亡。
- 嫌犯清楚知道其行為是法律所禁止，並會受到法律的相應制裁。

另外還證實如下事實：

- 意外發生時，被害人正從嫌犯所駕駛的車輛的道路的相反方向的汽車中從一部巴士的後方走出，雖然當時該地點附近並沒有任何巴士站。
- 嫌犯是售貨員，每月收入約為澳門幣 15,000 元。
- 具有高中學歷程度，須供養母親及 1 名弟弟。
- 根據刑事紀錄證明，嫌犯是初犯。

未被證明的事實：



- 載於控訴書其餘與已證事實不符之重要事實，包括：
- 嫌犯的行為直接導致被害人死亡。

#### 事實之判斷：

- 合議庭對事實之判斷主要建基於所有於審判聽證中提供之證據進行整體之積極分析及比較後而得出。尤其是嫌犯所作之聲明，以及在庭上對所有的書證的審閱，包括由警方所編寫之交通意外報告書及有關繪圖以及卷宗第 107 至第 108 頁之屍體解剖報告以及其餘在庭上證人之證言。
- 本合議庭還認為根據意外發生時的情況，該撞擊是不可避免的，然而，如嫌犯有適當調節其車速，應可減低撞擊的後果。倘真的要根據意外的情況而對嫌犯的過錯作評估，我們認為她應負上約 5% 的責任。

### 三.法律部份：

在本案中，有兩個上訴，一個是嫌犯的上訴，另外的是輔助人的上訴。

嫌犯上訴人提出了三個問題，首先要求法院更改因筆誤而使得判決書沒有說明嫌犯遞交了對控訴書的答辯狀的事實。其次，被上訴裁判中未被證明的事實包括“嫌犯的行為直接導致被害人死亡”，故上訴人被指控的過失殺人罪的罪名應該被裁定不成立；即使不這樣認為，在案件中也因沒有證明“適當的可見空間”的事實這項構成要件，不應該判處上訴人被控告的過失殺人罪罪名成立，因為根據 3/2007 號法律《道路交通法》第 30 條規定，於駕駛車輛時，有關車速應適當調節，但必須能及時安全停車，對“可見的空間內”的事實應由指控的一方承擔舉證責任。

而輔助人不同意原審法院確定受害人的 95% 的過失的決定，提出了原審法院陷入了事實不足以作出適當的法律的決定的瑕疵，指出由於原審法院沒有在已證事實中寫入嫌犯在庭審中的陳述所承認的當時在看速度表板而沒有發現受害人在過馬路的事實，也就是沒有調查那些可以顯示嫌犯沒有遵守駕駛當中必須遵守的謹慎義務的事實，使得法院作出了錯誤的決定。並要求中級法院重新調查證據，以查明：

- 嫌犯在發生事故是如何駕駛汽車，其駕駛的方式；

- 或者沒有看路況的不謹慎的方式；
- 正如嫌犯在庭審中所承認的，沒有想到受害人會出現，不清楚她在什麼地方出現，因為當時她在看表板。

我們看看。

首先，我們要指出的是，原審法院初始雖然在判決書沒有陳述嫌犯遞交了答辯狀，但是在上訴人提出上訴後，對判決書作了更正，明確將原文“沒有任何書面答辯”的內容改為“嫌犯提交了載於卷宗第 413 頁至 423 頁的書面答辯，當中的理據、結論及請求在此視為完全被轉錄”。( 第 586-587 頁的批示 )

既然這樣，上訴法院無需對此請求作出任何的決定。但是，由於此遺漏是否造成原審法院的調查的缺乏，下文將作出考慮。

我們可以看到，嫌犯上訴人以及輔助人上訴人的上訴理由均提出了很重要的事實問題：

嫌犯所提出的就是在卷宗中不存在“可見空間”的事實，其主張由於法院沒有證實這個犯罪構成的要件，應該判處罪名不成立。但是，我們認為，之所以原審法院所認定的事實沒有存在這個事實，是因為，沒有對此重要的事實作出必要的審理，而不是一個法律的適用的問題。

輔助人上訴人則是提出了原審法院沒有認定審理過的可以說明嫌犯違反謹慎義務的事實，這也是一種事實的審理的遺漏。因為，雖然審理了，但是在已證事實和未證事實中都沒有體現。

原審法院所認定的事實是這樣的：

- 嫌犯駕駛汽車沿 XX 大馬路由 XX 街方向駛往海港前地方向。
- 當嫌犯行駛到上述馬路近第 181B03 號燈柱對開路面時，因未以適當速度行駛，以致汽車不能及時剎停而撞倒在此橫過 XX 大馬路的被害人，被害人被車頭撞到後跌落在輕型汽車的左邊車頭玻璃位置上再被彈上天空，最後跌落在距離撞擊點約 13.3 公尺的第 181B03 號燈柱旁，嚴重受傷。
- 被害人隨即被送到 XX 醫院救治，但於翌日上午十時五十五

分死亡。經法醫解剖後確認被害人是由於交通意外導致其顱底骨折及顱腦嚴重損傷而死亡（見卷宗第 107 及 108 頁之屍體解剖報告）。

- 意外發生時被害人正由嫌犯行車方向自右向左橫過馬路。
- 意外發生時天氣晴朗，地面乾爽，交通密度正常。
- 嫌犯的上述行為對是次意外的發生應負上一定的責任，因嫌犯不遵守有關交通規則，在駕駛時未以適當速度行駛，以致在其前方出現行人時不能將所駕汽車適當剎停，被害人因撞擊後而受到嚴重的傷害以致死亡。

正如我們在眾多的判決書所指出的，法院所認定的事實必須是客觀發生的事實，而不應該包括一些主觀判斷的具有結論性的事實，這些結論性事實可以在理由說明中闡述出來，因為即使這些結論不存在於認定為已證事實，完全可以通過推理而得出。而如果這些結論性事實在已證明、事實中就應該被視為沒有敘述。

不論如何，法院所認定的客觀事實必須是完整的，可以讓人了解事件最基本的發生經過（注意，這裏並不是要求最詳盡的事實經過的描寫），否則法院就無法對事實做出適當的法律適用，並作出適當的決定，而陷入《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a）項所規定的事實不足的瑕疵。

《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a）項所規定的“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵是指法院在調查事實時出現遺漏，所認定的事實不完整或不充份，以至依據這些事實不可能作出有關裁判中的法律決定。

除了上文所說到，原審法院寫入了一些結論性的事實，我們也看到，對本交通事故的最基本的事實都沒有交代清楚，正如嫌犯所說的，原審法院沒有認定關於嫌犯的車輛具有“可見空間”的事實。

正如我們經常講到的，一個交通意外的案件的審理的困難在於法院沒有辦法進行案件重組，都是靠間接證據，極其量只有當事人尚存的記憶，而有時候這種記憶往往參雜當事人自身的利益主觀因素，可能使事實的真相得不到揭露。但是，作為能夠盡量公正地揭露這個事實真

相的審判者，應該盡量客觀地、具體地將調查可能提供揭露事實真相的每個情節。我們也理解，有時候在控訴書或者民事請求書甚至答辯書所提供的事實陳述太籠統或者沒有些重要的細節的時候，法院的困難就增加了不少。但是，一個交通意外的發生經過的事實要清楚，至少要具有可以讓人們知道怎樣發生的意外的基本的細節的描寫。而更重要的是，讓事件的發生的過程更加清楚並沒有違背控訴原則。

雖然，原審法院在經過嫌犯的請求後對判決書作出了更正，但是仍然不能改變原審法院沒有審理嫌犯在答辯書中所提出的事實的事實。嫌犯提出了很多很重要的事實，如當時正值大塞車前的修路的路面工程而造成塞車的情況，而嫌犯的行車方向沒有工程而交通順暢。由於時間充裕，嫌犯看了看表板，正是在這個時候，受害人出現在正前方，並於其駕駛的車輛相撞。當時受害人是從一輛大型公共巴士後面跑出本身行車線。車頭左邊的凹陷是在之前已經存在，並非事故的撞擊造成的，等等，這些都沒有在已證事實和未證事實中體現。

就速度而言，原審法院除了加入“嫌犯沒有適當調節測速”、“致使汽車不能及時剎停”的結論性事實外，在沒有任何可以客觀地說明嫌犯在事故發生之前有否發現受害人，發現的時間，以及嫌犯行車可能的速度等事實。沒有查清這些事實，原審法院實在沒法適當地得出嫌犯違反謹慎義務的結論，更沒有辦法認定嫌犯或者受害人存在過失的結論。

嫌犯在進行第二次審判之前向法院遞交了新的答辯狀（第413-423頁），提出了嫌犯沒有任何過失的事實，法院也向輔助人的辯護律師作了通知，沒有得到任何的反對意見。原審法院的所謂筆誤比非簡單的筆誤，而是實際上沒有審理這份答辯狀裏面所陳述的事實，尤其是：

- 在控訴書所指事實之日期及時間，正值澳門大賽車準備期間，嫌犯之相對方行車線有路面工程，所以交通擠塞。
- 嫌犯本身行車方向則沒有工程進行，行車暢順，亦與前車保持了約三、四秒的距離；
- 當時，嫌犯作為一個謹慎的駕駛者，自覺地望了車內的車速儀一眼，當時車速儀亦顯示沒有超逾法定行車速度；

- 這一瞬間之行為，不能以此譴責嫌犯違反了駕駛者應遵之義務。
- 在此一刻，被害人已出現在車頭正前方，並與嫌犯駕駛車輛發生碰撞。
- 隨後其即時殺停車輛。
- 嫌犯推斷被害人是在對面行車線的一輛大型公共巴士後方“跑”出本身行車線。
- 嫌犯所駕駛車輛與被害人的第 1 個撞擊點應為車輛正中。
- 車輛車頭左邊的損毀，是在其使用該車輛之時已發現，並非本訴訟中交通事故而導致。
- 嫌犯無法在有預見、及合理情況下，在撞擊前看到被害人，並可以即時殺停車輛避免發生碰撞。
- 在事發之時有一名女士從巴士落車。
- 被害人於巴士後方及其乘坐之私家車前方之間空隙以跑步速度橫過上述路段。
- 被害人當時是望向被害人本身右方來車，並沒有留意左方是否有來車。
- 被害人所望之方向，無法看到被上訴駕駛車輛來到。
- 肇事車輛的正中間與被害人發生碰撞後，造成第二個撞擊點，即車身左邊擋風玻璃窗。
- 嫌犯無法預計在上述的情況下，會有行人突然跑出事發地點的行車道。
- 且嫌犯的視線無法看到被害人，因為被害人的速度、及其已被其前方大型巴士所擋。

所以，對這些重要事實的審理遺漏，尤其是對嫌犯地答辯狀的事實的審理的遺漏，明顯地陷入了事實不足的瑕疵。

當然，嫌犯所提交的答辯狀所主張嫌犯沒有過失的辯護，對此的

遺漏審理，對於輔助人來說，沒有直接的訴訟利益，所以原審法院因沒有審理嫌犯的答辯狀而陷入實施不足的瑕疵並非因為審理了輔助人的上訴，而是上訴法院依職權審理這個事實的瑕疵而作出的決定。不過，由於輔助人提出了嫌犯在駕駛過程中看速度儀表的事實，並理解為嫌犯的自認的事實。那麼，在這個意義上也可以說審理了輔助人的上訴理由。也就是說，如果原審法院審理了這個事實，當然可以得出像輔助人所主張的嫌犯違反謹慎駕駛義務的結論。

另外，嫌犯在上訴狀中還認為，原審法院沒有認定上訴人的行為直接導致受害人死亡的事實。正如尊敬的助理檢察長的意見書所指出的，原審法院一方面認定上訴人 A 的行為對是次意外的發生負上一定的責任，因為其行為使被害人因撞擊後而受到嚴重的傷害以致死亡（詳見卷宗第 528 頁背面至第 529 頁）；但另一方面，原審法院又認定未能證實上訴人 A 的行為直接導致被害人死亡（詳見卷宗第 529 頁）。

事實上，根據卷宗資料，尤其是法醫報告，可以確定被害人的死亡是基於受極大鈍性外力作用致顱底骨折及顱腦嚴重損傷，“為符合一宗直接由交通意外所導致的死亡案件”（見卷宗第 107 頁至第 108 頁）。

然而，原審法院從上述證據中卻認定以下事實：

- 被害人被車頭撞到後跌落在 MG-XX-X3 號輕型汽車的左邊車頭玻璃位置上再被彈上天空，最後跌落在距離撞擊點約 13.3 公尺的第 181B03 號燈柱旁，嚴重受傷。

... .. 以致在其前方出現行人時不能將所駕汽車適當剎停，被害人因撞擊後而受到嚴重的傷害以致死亡。

這明顯是對證據的審理存在錯誤，認定的事實與證據實際上應該證明的事實存在不相容之處，存在審理證據的明顯錯誤的瑕疵，而導致法律上適用的錯誤（根據已證事實應該《刑法典》第 142 條所規定及處罰的過失傷害身體完整性（致死）罪，而非第 134 條所規定及處罰的過失殺人罪）。

面對這種審理的缺乏以及審理證據的明顯錯誤，原審法院只能重新審理，而不能由上訴法院彌補此等遺漏，否則，將上訴法院置於重新審理整個訴訟標的之中，這也是《刑事訴訟法典》第 418 條所不想看到

的。

因此，本院唯有依此法律條文的規定，將案件發回原審法院，由沒有介入過的法官組成的新的合議庭對訴訟的遺漏部分進行審理，然後認定事實，最後作出判決。

因此，以不同的理由判處嫌犯的上訴理由成立，並妨礙了對輔助人的上訴的審理。

#### 四.決定：

綜上所述，中級法院合議庭以不同的理由裁定嫌犯上訴人的上訴理由成立，將案件發回原審法院，由沒有介入過的法官組成的新的合議庭對訴訟的遺漏部分進行審理，然後認定事實，最後作出判決。而對輔助人所提出的不予以審理，因為沒有必要了。

無需支付訴訟費用。

澳門特別行政區，2015 年 5 月 21 日

---

蔡武彬

---

José Maria Dias Azedo (司徒民正)

---

賴健雄

基於下述理由，本人不同意本合議庭裁判的多數表決：

本合議庭裁判命令調查者屬嫌犯於案件第一次發回重審後由嫌犯提交的答辯狀的事實。

然而，嫌犯早於第一次審判前已提交答辯狀，當中並不存在任何答辯事實(見卷宗第 178 頁)。因此，嫌犯於重審前再提交的答辯狀不能被視為有效的答辯狀。事實上，除依法嫌犯不能提出多份答辯狀外，該第

二份答辯狀只是附卷但從未獲法官批示受理，因此，第二份答辯狀(第 413 至 423 頁)所載的事實不能構成訴訟標的，且即使無人就此不當情事提出爭議，根據《刑事訴訟法典》第一百一十條第二款的規定，本上訴法院應依職權命令將該違法附卷的答辯狀從卷宗摘除。

原審法院已調查了僅由檢察院控訴中所列出的事實所構成的訴訟標的的全部，故原審裁判並沒有因遺漏調查而患有《刑事訴訟法典》第四百條第二款 C 項的瑕疵。

因此，本院不能根據《刑事訴訟法典》第四百一十八條命令發回重新審判，而僅可基於獲證事實就兩上訴提出的問題作出裁判。